



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

1. Informações Gerais

Data: 08/02/2018	Horário: 14 às 16h	Local: sala 17 – bloco D – CNJ
Participantes: Sra. Julhiana Miranda Melloh Almeida – Diretora-Geral Sr. Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário Sra. Maria Tereza Aina Sadek, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias Sr. Lúcio Melre da Silva, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração Sr. Luiz Claudio Fontoura da Cunha, Secretário de Comunicação Social Sra. Raquel Wanderley da Cunha, Secretária de Gestão de Pessoas Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica Sra. Carla Fabiane Abreu Aranha – Secretária Processual – Substituta Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do CEAJUD Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria Sra. Erica Rosana Silva Tanner, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário		
Facilitador Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional		
Equipe técnica DGE Sr. Ricardo Augusto de Holanda Cavalcanti Junior, Chefe da Seção de Planejamento Institucional		
Servidores do CNJ Sra. Fabiana Luci de Oliveira, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias Sr. Marcelo Lauriano Lúcio, Chefe da Seção de Sustentação do Processo Judicial Sr. Antônio Ferreira de Melo Filho, Chefe da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC Sra. Rejane Maria Rodrigues Neves, Chefe da Seção Comunicação Institucional/SCS Sr. Evandro Silva Gomes – Chefe da Seção de Execução Contratual/SCI Sra. Kristien de Godoi Roepke, Servidora da Secretaria de Comunicação Social Sr. Jônathas Seixas de Oliveira, Seção de Comunicação Institucional/SCS Sr. Igor Guimarães Pedreira, Servidor da Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação Sra. Gabriela Veríssimo Teixeira, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário		



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

2. Objetivos da reunião

Realizar a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do CNJ, visando apresentar o desempenho dos indicadores e iniciativas de 2017; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas na mensuração dos resultados e identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

3. Pauta

- Abertura dos trabalhos pela Diretora do Departamento de Gestão Estratégica;
- Apresentação dos resultados dos indicadores e iniciativas, bem como possíveis gargalos e soluções;
- Panorama geral dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas de 2017;
- Considerações finais.

4. Abertura

A Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Sra. Fabiana Gomes, abriu a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) - que visa o monitoramento da execução dos indicadores e iniciativas que compõem o Planejamento Estratégico do CNJ. Enfatizou que o Plano Estratégico é fruto da Portaria CNJ n. 167/2015, alinhada à Resolução CNJ n. 198/2014, que trata da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, e que todas as unidades se esforçam para o cumprimento da missão institucional do Conselho, por meio dos objetivos estratégicos, indicadores e metas. Destacou o caráter especial dessa reunião, pois, com a análise do que foi realizado no exercício, é possível iniciar o ano de 2018 com a proposição de melhorias, quando necessárias. Ao final, informou que conta com o apoio dos gestores para que haja a disseminação, em suas unidades, do planejamento estratégico do órgão. Em seguida, franqueou a



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

palavra ao facilitador, Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional.

5. Apresentações

O Sr. Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional e facilitador da reunião, apresentou a agenda de trabalho composta por: apresentação dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas 2017; panorama geral dos resultados dos indicadores e iniciativas estratégicas de 2017 e considerações finais. Explicou também que cada gestor faria a apresentação dos resultados de sua unidade.

5.1. Desempenho dos Indicadores e principais Iniciativas Estratégicas

5.1.1 Gabinete do Diretor-Geral – GDG

A Sra. Julhiana Miranda, Diretora-Geral apresentou o resultado da iniciativa estratégica – *Implementar a gestão de riscos no âmbito das unidades vinculadas à Diretoria-Geral*, que alcançou o percentual de 65% de cumprimento no período, valor bem próximo da expectativa. Aproveitou a oportunidade para parabenizar a equipe do Gabinete, bem como as unidades do CNJ que trabalharam para o alcance do objetivo. A data de entrega prevista é setembro de 2018.

5.1.2 Departamento de Gestão de Estratégica – DGE

A Sra. Fabiana Gomes, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, apresentou os resultados dos indicadores e iniciativas do departamento. Com relação ao indicador 1 (Índice de cumprimento da meta nacional 1), explicou que o resultado superou bastante a meta, em virtude de mudança na métrica por parte do segmento de justiça trabalhista. Sendo assim, para 2018 haverá revisão da meta desse indicador. Além disso, informou que há estudos para que ocorra a parametrização com o Justiça em Números. Sobre o indicador 4 (Índice de



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

melhorias implementadas em processos prioritários), explicou a forma de seleção dos processos prioritários que o compõem, enfatizando o cumprimento da meta para 2017. Em relação às iniciativas, mostrou satisfação com o bom desempenho dessas, exceto em relação à iniciativa de “revisão da metodologia de gerenciamento de projetos”. Para 2018, haverá análise se ela será prioridade para a Administração, haja vista o DGE já possuir metodologia a respeito do tema. Ressaltou que a Cartilha do Planejamento Estratégico, iniciativa em parceria com Secretaria de Comunicação Social, está próxima de ser publicada na intranet.

5.1.3 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI

O Sr. Lúcio Melre, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, destacou que o indicador 31 (Índice de incentivo institucional à integração, à interoperabilidade e ao desenvolvimento colaborativo de sistemas de informação) tem como objetivo as parcerias entre o CNJ e demais órgãos da administração pública. O resultado ficou um pouco abaixo da meta em razão de que, para a composição do indicador, foram estabelecidas ações de migração do PJe em alguns tribunais, o que não ocorreu em 2017. Destacou acreditar no cumprimento no exercício de 2018, por ter boa parte do trabalho adiantada nesses tribunais. Sobre o indicador 32 (Evolução do perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD), informou ser um trabalho realizado pelo departamento desde 2009. Trata-se de questionário aplicado a todas as unidades de tecnologia da informação do Poder Judiciário. Informou que a meta para esse indicador foi superada, haja vista institucionalização de processos, tais como: política de segurança da informação; plano de contratações. Para 2018, informou que será estabelecida meta mais desafiadora. Acerca das iniciativas, informou que, em um balanço geral, o DTI está cumprindo-as bem, com exceção da iniciativa 4 – *Elaborar Política de Gestão de Pessoas de TIC*. Enfatizou que já tem trabalho iniciado e acredita que para 2018 concluirá a referida iniciativa, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas. A Diretora Geral acrescentou que esse



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

resultado se encontra justificado, por conta das dificuldades encontradas pelo órgão no exercício, principalmente no que diz respeito às restrições orçamentárias.

5.1.4 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

O Sr. Antonio Carlos Stangherlin Rebelo, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário, explicou que o indicador 23 (Índice de publicação das informações orçamentárias dos tribunais) está relacionado com transparência. Informou que o indicador mede o índice de publicação dos dados, que são do relatório de gestão fiscal, dos formulários da Resolução CNJ n. 102, de 15/12/2009 (anexo I e II) e da Resolução CNJ n. 195, de 3 de junho de 2014. Realçou que a meta para 2020 é ter 95% dos tribunais com publicação de pelo menos 80% do que é exigido. Percebeu que, após a apuração, é necessário computar a publicação, mesmo que fora da data exata. Isso será discutido na próxima reunião setorial. Informou que possivelmente irão repensar a forma como estão computando os dados para medir o indicador, pois, no momento, somente são consideradas as publicações que estão no prazo, conforme estabelece a Resolução do Selo Justiça em Números, mas que isso não interfere para os fins do indicador 23. Com essa mudança na forma de medição, estima que haja uma modificação positiva no índice, com a possibilidade de alterar a composição de meta, passando, por exemplo, de 80% para 90% dos tribunais com as informações publicadas. Informou que, com relação ao RGF, a publicação é 100% cumprida, mas em relação às resoluções esse resultado não se repete.

5.1.5 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

O Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças, informou que na última reunião setorial houve revisão da meta do indicador 24 (Índice de Liquidação do orçamento disponibilizado), em razão do novo regime fiscal (EC n. 95 de 2016). Enfatizou que há grande esforço da gestão atual com a finalidade de reduzir



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

despesas, reduzindo valores dos contratos firmados para fins de adequação à legislação vigente, o que reflete no resultado do indicador. Para o período, obteve-se resultado de 55,5%, valor muito próximo da meta que foi 60%.

Sobre a iniciativa “Sistema de Apuração de Custos no CNJ”, destacou que o mais prudente é a sua supressão do plano e que, em uma outra oportunidade, retornará com a discussão do tema.

5.1.6 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

O Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do CEAJUD, explicou que em relação ao indicador 7 (Índice de capacitação do Poder Judiciário nas competências estratégicas), o cenário pouco mudou desde as últimas reuniões, enfatizando que a dificuldade é grande de implementar projetos que exigem recursos orçamentários. Informou que, para o ano de 2017, houve a autorização para realização de apenas cursos sem custos, o que dificultou o alcance da meta. Com relação ao indicador 8 (Índice de implementação e execução do Plano Nacional de Capacitação), informou que o Plano Nacional de Capacitação se encontra no Plenário desde 2016, aguardando aprovação. Uma vez aprovado, conseguirá mensurar o indicador. Sobre a iniciativa “Relatório sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário”, informou que a Resolução CNJ n. 192/2014 exige que os tribunais informem ao CNJ as ações formativas realizadas no ano anterior, bem como o planejamento para o ano seguinte. Pontuou que o CEAJUD está compilando as informações e acredita que concluirá a iniciativa dentro do prazo estipulado.

5.1.7 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

O DMF foi representado pela servidora do DMF, Sra. Erica Rosana Silva Tanner. Ela explicou que a vontade de cumprir a meta do indicador 20 (Índice de implementação das iniciativas que promovam os direitos de cidadania) foi maior do que a capacidade, no que diz respeito a recursos humanos disponíveis no



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

departamento. Dois projetos em especial não foram plenamente cumpridos: APAC para jovens em conflito com a lei, por dificuldades orçamentárias e o Projeto Atenção às Vítimas. No que diz respeito às demais ações que compõem o indicador, relatou que o sentimento é de bastante satisfação com o andamento dessas. Grupo Especial de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional da Região Norte – foi elaborado relatório; Reunião Especial de Jurisdição (preso provisório) – houve mutirão, sem a necessidade de ir até os tribunais, evitando gastos com passagens e diárias. Houve diminuição em torno de 1% de presos provisórios, com análise de muitos processos; Reunião Especial Jurisdição (Grau de Recurso) – obteve resultados significativos, com a diminuição de 11% de estoque em grau de recurso; Diagnóstico das varas de execução penal – evidenciou-se que há poucos magistrados para muitos presos; Banco Nacional de Monitoramento das Prisões 2.0 – informou que é o maior projeto constante do indicador, fazendo uso da maior parte dos recursos humanos. Agradeceu à Secretaria de Gestão de Pessoas pela disponibilização de servidores para a melhor execução do projeto. O objetivo do sistema é ter melhores informações das pessoas que estão privadas de liberdade. Acredita que até maio de 2018, a ferramenta estará disponível em todos os tribunais do país.

5.1.8 Ouvidoria – OUV

A Ouvidoria do CNJ foi representada pelo Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria. Explicou que o indicador 15 (Atendimento da Ouvidoria) é quantitativo e computa as demandas relativas ao CNJ. Dessas, a meta é que haja ao menos uma resposta prévia em até 5 dias úteis. Ao explicar o resultado, abaixo do planejado, informou que já realizou o replanejamento do indicador para 2018, haja vista considerar inatingível a meta de 96,6%. Alertou que nos últimos 3 anos, houve aumento considerável da demanda, influenciado em boa parte pela implementação da Apostila de Haia. Agradeceu a colaboração das demais unidades pelas respostas relativas à Lei de Acesso à Informação, quase sempre encaminhadas no prazo. Sobre o indicador 16 (Satisfação com o atendimento da Ouvidoria), informou que é qualitativo e que a pesquisa de satisfação é feita por



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

meio de *link* disponibilizado aos participantes. Explicou sobre os itens que compõem a pesquisa, ao tempo que mostrou satisfação com o resultado da mensuração. Enfatizou que está sendo desenvolvida ação específica para análise individual dos relatos com alto grau de insatisfação. A Sra. Fabiana Luci, Diretora de Projetos do DPJ, pediu a palavra para perguntar qual a proporção de pessoas que respondem ao questionário. O Chefe de Gabinete da Ouvidoria, informou que varia entre 6% e 7% dos demandantes, o que considera estatisticamente representativo.

5.1.9 Secretaria de Comunicação Social – SCS

O Secretário de Comunicação Social, Sr. Luiz Claudio Fontoura da Cunha, abriu a sua apresentação informando que a SCS reproduz informações e que para isso depende das demais unidades do CNJ para fazer a produção de notícias. Sendo assim, a SCS torna-se a janela de exposição para o público externo do que é realizado internamente no órgão. Agradeceu a participação de todas as unidades que fornecem conteúdo para que o trabalho ocorra da melhor maneira. Na sequência passou a palavra para a Sra. Rejane Maria Rodrigues Neves, Chefe da Seção de Comunicação Institucional, para apresentar os resultados. A Sra. Rejane reafirmou as palavras do Secretário de Comunicação Social, no sentido de que é importante que as unidades enviem informações para produção de notícias. Sobre o indicador 17 (Taxa de crescimento de seguidores nas mídias sociais), explicou caracterizar-se como quantitativo, ao medir número de seguidores em redes sociais. Enfatizou que, no cenário atual, há mudança na entrega de conteúdo por parte das redes sociais aos seus usuários, em virtude de necessidade de recompensa financeira para tal. Mesmo diante dessa dificuldades, a meta de 5% para o exercício foi cumprida.. Sobre o indicador 18 (Índice de repercussão do CNJ nas mídias), explicou a sua composição, classificando-o com qualitativo e deu destaque a alguns trabalhos feitos tais como publicações, divulgação na imprensa, repercussão de posts em redes sociais, dentre outros. Para 2018, reverá a meta, haja vista considerar 100% bastante ousada, quase inatingível, bem como a possibilidade de inclusão da



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

ferramenta Instagram na composição do indicador. O Sr. Lúcio Melre perguntou sobre o que seria “repercussão”. A Sra. Rejane explicou não se tratar de análise entre positivo ou negativo. A repercussão é medida por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários. Sobre o indicador 19 (Índice de satisfação com a comunicação interna), a pesquisa de satisfação interna foi realizada em outubro de 2017 e obteve bom resultado, acima da meta definida.

5.1.10 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

A Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias, Sra. Maria Tereza Aina Sadek, indicou a Diretora de Projetos do DPJ, Sra. Fabiana Luci para discorrer a respeito dos resultados do departamento. Sobre o indicador 2 (Índice de cumprimento dos projetos estabelecidos), informou ser composto por 21 projetos. Desses, alguns são obrigatórios por resolução, tais como “Justiça em Números” e outras pesquisas. Os demais são incluídos de acordo com a agenda da presidência. Enalteceu o bom resultado do indicador, informando que apenas um projeto não foi finalizado em 2017. Alertou que há uma grande demanda junto ao DTI, que considera um grande gargalo, qual seja extrair dados da base do Selo Justiça em Números. Em um processo de maturação, acredita conseguir entregar esse projeto nos próximos meses. Aproveitou a oportunidade para agradecer o apoio da SCS na diagramação e divulgação dos relatórios elaborados pela unidade. Acerca do indicador 3 (Índice de cumprimento de projetos relacionados ao assessoramento técnico e emissão de pareceres), explicou que é relacionado a emissão de pareceres e assessoramento técnico. Mostrou satisfação com o resultado apurado e informou que alguns pareceres relacionados ao tema Selo Justiça em Números impediram o alcance de 100% da meta, além do que permanecem no aguardo do estabelecimento da comissão que trata do tema.

5.1.11 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

A Sra. Raquel Wanderley da Cunha, Secretária de Gestão de Pessoas, informou que a SGP tem dois indicadores relacionados à capacitação (de servidores e



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

gestores), enfatizando que houve mudança na estratégia, principalmente pelo aspecto orçamentário. Explicou que, doravante, a ideia é que as capacitações no CNJ sejam voltadas para as necessidades internas e, na medida do possível, fornecidas por servidores do órgão, tendo em vista o bom nível de conhecimento/expertise dos mesmos. Especificamente sobre o indicador 12 (Índice de capacitação de gestores), informou que houve ações durante o exercício, porém que não cumpriram o mínimo de 15 horas previsto para o indicador. Informou que a expectativa é que ocorra a capacitação com o menor custo possível, inclusive por meio de parcerias com outras instituições que disponibilizam cursos de forma gratuita. Sobre o “Índice de absenteísmo”, explicou que não houve o cumprimento da meta, por alguns motivos, tais como: quinquênio, licença gestante, licença capacitação. Acerca do indicador 26 (Índice de realização do exame periódico de saúde), relatou que é uma questão de sensibilização para que os servidores, no mês de aniversário, façam os exames periódicos. Além disso, faz-se necessário o retorno ao médico para apresentação desses exames. Só assim ocorrerá a contabilização, subsidiando o resultado do indicador. O índice de ausência por motivo de saúde está dentro do esperado. Sobre o “indicador sintético de iniciativas relacionadas à saúde e à qualidade de vida no trabalho”, mostrou satisfação com o resultado, além de informar que, para 2018, com a pesquisa aplicada sobre qualidade de vida no trabalho, ocorrerá o afunilamento com ações que os servidores de fato necessitam. Explicou que o indicador 29 (Índice de participação nas ações relacionadas à saúde e à qualidade de vida no trabalho) foca em um públicos-alvo para cada ação e obteve bom resultado no exercício. Explicou que o indicador 30 (Índice de rotatividade) está dentro do esperado e que a pouca oferta de concursos impacta esse resultado. Sobre as iniciativas, informou que a do “Mapeamento de Competências do Conselho Nacional de Justiça – CNJ” é muito importante e encontra-se em análise na Assessoria Jurídica; a “Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)” foi aplicada e encontra-se em fase de análise, para posteriormente realizar as ações específicas; o “Centro de apoio e cuidado infantil para os dependentes dos servidores do CNJ” está em fase final



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

de conclusão e deve ser inaugurado em março de 2018; o “Dimensionamento da Força de Trabalho” vem sendo realizado em parceria com o Departamento de Gestão Estratégica; a “Regulamentação/alteração de normativos internos do CNJ afetos à Seção de Legislação – SELEG” está em andamento.

5.1.12 Secretaria de Administração – SAD

O Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração, iniciou sua apresentação explicando que o indicador 5 (Índice geral de racionalização de recursos) não depende só da SAD, bem como demonstrou satisfação com o resultado, haja vista a realidade orçamentária do órgão. Explicou que realizou diversas ações que acarretaram racionalização de recursos, de contratos, inclusive com redução de valores financeiros, o que acaba acarretando no bom desempenho orçamentário. Quanto ao indicador 6 (Índice de implementação do Plano de Logística Sustentável), informou que recentemente houve assinatura de contrato com empresa de coleta de lixo. Acrescentou que ações já estão sendo tomadas, tais como a colocação e o reposicionamento de containers. Em seguida, haverá ação de sensibilização em cada unidade para que a coleta seletiva já comece internamente. Enfatizou que a ação sustentável depende do apoio de todas as unidades, ficando a SAD com a responsabilidade de levar os meios, bem como orientações. Nesse instante, a Diretora do DGE pediu a palavra para informar que, com a criação da Seção de Gestão Socioambiental, o indicador 6 passará a ser acompanhado, em 2018, pela nova unidade. Ainda lembrou que o PLS é composto por diversas ações. Com isso, para o bom resultado do indicador, vai ser necessário esforço conjunto de todos do órgão. Ressaltou que se trata de mudança de cultura e que é preciso disseminá-la, gradativamente, nas unidades. Dando continuidade à sua apresentação, o Secretário de Administração explicou que o plano de contratações é um indicador que depende da disponibilidade orçamentária. Acrescentou que o DTI, por exemplo, por diversos motivos, não conseguiu realizar todos os contratos em 2017. Acredita que para 2018 haverá melhor execução dos contratos planejados. Acerca do indicador 22 (Índice de unidade do CNJ com infraestrutura adequada - IU), observou que todas as



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

unidades estão fisicamente bem instaladas e que há previsão de entrega de um dos elevadores do bloco B até março de 2018. O Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional alertou que a tendência desse indicador é que se mantenha perene. Mudaria apenas com mudança de estrutura, criação de unidades etc. O Sr. Getúlio Vaz ainda relatou algumas iniciativas que estão feitas tais como renegociação de contratos, redução do consumo de combustíveis e de água, coleta de lixo e desligamento de aparelhos de ar condicionado.

5.1.13 Secretaria Processual - SPR

A Sra. Carla Fabiane, Secretária Processual – Substituta, apresentou as duas iniciativas da SPR. Relatou que o plano de classificação e a tabela de temporalidade foram aprovados e que, doravante, serão submetidos à Diretoria-Geral e à Presidência para assinatura. Sobre a digitalização do acervo, informou que está quase concluída. A expectativa da unidade é que o trabalho se encerre até o final de fevereiro de 2018.

6. Encerramento

Encerradas as apresentações, o Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional explanou sobre a compilação dos resultados apurados no exercício de 2017 e o impacto sobre os objetivos estratégicos. Informou que dos 28 indicadores constantes do Plano Estratégico, 18 foram cumpridos, 6 parcialmente cumpridos, 3 não foram cumpridos, além de 1 não ter sido mensurado no exercício. Como resultado, obteve-se aproximadamente 65% de cumprimento. Alertou que, ao adicionar os de cumprimento parcial, prestigiando o bom trabalho que as unidades desenvolvem, obtém-se resultado aproximado de 85%. Com relação às iniciativas estratégicas, informou que das 38 programadas para 2017, 17 foram concluídas, 8 cumpridas, 6 parcialmente cumpridas, o que alcança resultado aproximado de 82% de cumprimento. Ao apresentar o mapa estratégico, informou que 8 dos 12 objetivos estratégicos



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise Estratégica (RAE)

foram cumpridos em 2017. Na mesma linha, ao considerar os parcialmente cumpridos, obtém-se alcance de 11 objetivos estratégicos. Explicou a respeito da metodologia empregada para apuração dos resultados, usando um objetivo estratégico como exemplo. Esse objetivo contém 5 indicadores vinculados. Informou que os critérios de mensuração são: até 60%, é considerado não cumprido; de 60% a 89,9%, parcialmente cumprido; maior ou igual 90%, considera-se cumprido. Em seguida, utiliza-se o segundo critério de pontuação, dessa vez para os indicadores. Após os cálculos, é definido se houve ou não o cumprimento do objetivo estratégico. Alertou que essa metodologia estará disponível no Relatório de Acompanhamento da Estratégia, a ser disponibilizado na intranet. Agradeceu o apoio e esforço de todas as unidades para o alcance dos resultados apresentados.